

Prezado Secretário-Geral,

Em nome da Federação das Associações de Ex-Funcionários Civis Internacionais (FAFICS), gostaria de aproveitar esta oportunidade, Sr. Secretário-Geral, para agradecer ao Senhor e à sua equipe pelo excelente e contínuo apoio que a comunidade de aposentados recebe das Nações Unidas e de outras organizações do sistema ONU. Temos uma sólida parceria com seus altos funcionários e trazemos à atenção deles algumas questões que preocupam a comunidade de aposentados à medida que surgem.

Como sabem, a FAFICS desempenha um papel fundamental de advocacy em duas questões de suma importância para os aposentados: pensões e seguro-saúde. Temos três questões críticas relacionadas aos seguros-saúde sobre as quais gostaria de chamar a sua atenção neste momento.

1. Participação de Aposentados em Comitês de Seguro-Saúde

A primeira questão diz respeito à participação de aposentados nos Comitês de Seguro-Saúde de suas organizações mais antigas.

O recente Relatório da JIU (JIU/REP/2023/2023/9) sobre a qualidade, eficácia, eficiência e sustentabilidade dos planos de saúde constatou que as organizações do sistema ONU adotaram uma ampla variedade de práticas em relação à representação de aposentados nos Comitês internos de seguros de saúde de suas organizações mais antigas. Das 26 organizações analisadas, seis não possuem um órgão dirigente com representação de participantes; nas 20 organizações restantes, os funcionários aposentados, em sua maioria, têm apenas o status de observadores, e é este o caso do Comitê de Seguro-Saúde e Vida das Nações Unidas (HLIC) em Nova York.

A FAFICS observa que algumas organizações como a OMS, a OIT e a UNESCO, possuem um procedimento formal para nomear ou eleger representantes dos participantes, incluindo aposentados, em seus órgãos dirigentes, com pleno direito a voto.

O Relatório da JIU recomendou que “os Chefes Executivos das organizações do sistema das Nações Unidas que administram um plano de saúde devem garantir que, até o final de 2026, sejam tomadas providências para a representação de todos os grupos de membros do plano, incluindo funcionários recrutados localmente e funcionários aposentados, na gestão, supervisão ou comitê consultivo do plano de saúde”. A FAFICS apoia a recomendação da JIU de que isso seja considerado como a norma e que os funcionários

aposentados sejam representados por membros de pleno direito, em igualdade de condições com os funcionários ativos.

A FAFICS considera que as organizações das Nações Unidas continuam em dívida com seus ex-funcionários pelos seguintes motivos: os funcionários aposentados pagam contribuições para seus planos de saúde, assim como os funcionários ativos; os funcionários aposentados constituem uma proporção considerável da crescente população segurada por seus planos; os funcionários aposentados têm suas próprias necessidades particulares, em muitos casos diferentes e distintas das dos funcionários ativos; e, ter funcionários aposentados devidamente qualificados envolvidos na estrutura de governança é uma situação vantajosa para todos. Eles são um recurso valioso para compartilhar a carga de trabalho desses órgãos, e sua participação garante que as perspectivas e os interesses dos funcionários aposentados, bem como dos funcionários atuais que se aposentarão no futuro, sejam levados em consideração.

Como Secretário-Geral das Nações Unidas e Presidente do Conselho Executivo (CEB), a FAFICS gostaria de solicitar que o Senhor estabeleça/ative mecanismos para garantir a representação plena dos aposentados nos Comitês internos de seguro saúde de suas antigas organizações, e não apenas como observadores.

2. Financiamento do Seguro-Saúde Pós-Serviço

A segunda questão de grande importância e relevância para os funcionários aposentados, bem como para os funcionários da ativa que serão aposentados futuramente, é o financiamento dos passivos do Seguro-Saúde Pós-Serviço (ASHI). Desde que as organizações do sistema ONU adotaram as IPSAS como sua norma contábil, o passivo do ASHI ganhou destaque.

Uma abordagem comum para o cálculo atuarial desse passivo foi desenvolvida. A importância de financiar esse passivo, em vez de apenas refletir o valor nas demonstrações financeiras, também foi destacada no Relatório da JIU. Esse Relatório indicou que, embora o passivo total fosse superior a 20 bilhões de dólares em 31 de dezembro de 2021, a parcela financiada do passivo total das organizações combinadas era pouco mais de 31%. Algumas organizações financiaram mais de 80% de seu passivo, enquanto outras financiaram menos, e 13 organizações não reservaram nenhum financiamento significativo.

A abordagem de pagamento por acréscimo (“pay as you go”) para o financiamento do passivo garante que sejam feitas provisões para custos futuros de prestação de benefícios de saúde pós-serviço. Também garante que os fundos que deveriam ser reservados para

esse fim nos orçamentos das organizações não sejam gastos em outras atividades, deixando o ASHI em uma situação potencialmente precária.

O Relatório da JIU recomendou que as organizações do sistema das Nações Unidas, que ainda não o fazem, garantam que todas as fontes de financiamento (de contribuições estimadas, bem como de contribuições voluntárias) cubram o passivo do ASHI correspondente ao número de funcionários trabalhando em programas financiados por tais contribuições a longo prazo. A FAFICS apoia totalmente esta recomendação e insta o Comitê de Alto Nível sobre Gestão do CEB a endossar esta recomendação e prática.

3. Plano de Seguro Médico da ONU

Por fim, gostaria também de abordar a questão do Plano de Seguro Médico da ONU (MIP), que abrange os funcionários aposentados (bem como os funcionários da ativa) recrutados e trabalhando localmente para as Nações Unidas. Embora o nível geral de satisfação dos funcionários aposentados que foram recrutados e trabalham localmente com os planos de saúde oferecidos pelo MIP seja bom, existem algumas questões preocupantes. Por exemplo, há uma lacuna entre a cobertura do ASHI (Seguro-Saúde e Segurança Social) no âmbito do MIP, em comparação com a cobertura de ex-funcionários aposentados recrutados localmente em outras organizações da ONU. Além disso, ex-funcionários aposentados recrutados localmente são desfavorecidos, em muitos países, quando os serviços de saúde locais são insuficientes e há necessidade de viajar na sub-região ou além para acessar cuidados adequados. Idealmente, deve-se encontrar um meio pelo qual o seguro-saúde possa cobrir o transporte para outro país onde existam serviços de saúde adequados em caso de eventos com risco de vida.

A FAFICS gostaria, portanto, de recomendar que uma revisão abrangente do Plano de Ação de Emergência da ONU seja realizada para garantir aos aposentados que tinham sido recrutados localmente, bem como os atuais funcionários recrutados localmente e que se tornarão futuros aposentados, tenham seguro de saúde adequado a um custo razoável.

Mais uma vez, Sr. Secretário-Geral, em nome de todos nós, quero expressar minha profunda gratidão ao Senhor e à sua equipe. Estou à disposição para fornecer quaisquer informações adicionais que possam ser necessárias com relação às três questões acima mencionadas.

Atenciosamente,

Jerry Barton

Presidente da FAFICS